

VILEGIATURA MARÍTIMA COMO VETOR DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

GOMES, Iara Rafaela ^{a*}

(a) Doutora em Geografia. Prof^a. da Universidade Federal do Ceará (UFC). <http://lattes.cnpq.br/0898182484894997>

(*) CORRESPONDÊNCIA COM AUTOR

Endereço: U/F/C, Departamento de Geografia - Campus do Pici, CEP: 60440900, Fortaleza (CE), Brasil. Tel: (+55 85) 33669855.
Email: iarageo@gmail.com

RESUMO

A lógica de urbanização dos espaços litorâneos pode ser associada à vilegiatura marítima, cujos índices de crescimento na última década são intensos e se torna fundante na implementação de práticas de lazer das populações das grandes e médias aglomerações urbanas. Para compreender esta dinâmica, analisamos a expansão desta prática no espaço litorâneo de Tibau, cidade de pequeno porte que compõe a região de influência de Mossoró, segunda cidade mais importante e populosa do Rio Grande do Norte, Brasil. A compreensão da influência de Mossoró na expansão da vilegiatura marítima em Tibau revela como o espaço litorâneo é alcançado pelo tecido urbano daquela cidade e, sobretudo, como as cidades não metropolitanas redefinem lógicas que, à princípio, eram comandadas pelas metrópoles. Neste sentido, tratamos a crescente demanda por espaços de lazer, particularmente litorâneos, como redefinidora da urbanização e consequente estabelecimento de uma rede urbana mais complexa.

Palavras-chave: Segunda residência; Urbanização litorânea; Mossoró; Tibau; Práticas marítimas modernas.

ABSTRACT/ RESUMEN

MARITIME VILEGIATURE AS VECTOR OF BRAZILIAN URBANIZATION

The logic of the urbanization of coastal areas can be associated with maritime vacationing, whose growth rates in the last decade have been intense and have become fundamental in implementing the leisure practices of the populations of large and medium-sized conurbations. To understand this dynamic, we analyze the expansion of this practice in the coastal area of Tibau, a small city that is part of the area of influence of Mossoró, the second most important and populous city of Rio Grande do Norte, Brazil. Understanding Mossoró's influence on the expansion of maritime vacationing in Tibau shows how the coastal space is reached by the city's urban fabric and, above all, how the non-metropolitan cities redefine a logic that, at first, was controlled by the metropolises. In this sense, we treat the growing demand for recreational areas, particularly coastal ones, as responsible for redefining urbanization and the consequent establishment of a more complex urban network.

Keywords: Second residence; Coastal urbanization; Mossoró; Tibau; Modern maritime practices.

VILEGIATURA MARÍTIMA COMO VECTOR DE LA URBANIZACIÓN

La lógica de la urbanización de las zonas costeras pueden estar asociados con las vacaciones mar, cuyas tasas de crecimiento en la última década son intensas y se convierte en la fundación en la ejecución de las prácticas de ocio de las poblaciones de grandes y medianas ciudades. Para comprender esta dinámica, analizamos la expansión de esta práctica en la zona costera de Tibau, ciudad de pequeñas empresas que conforman la región de influencia de Mossoró, segunda ciudad más importante y poblada de Rio Grande do Norte, Brasil. El conocimiento de la influencia de la expansión de los mares de vacaciones en Tibau revela cómo la Unión ruta costera es alcanzado por el tejido urbano de la ciudad y, especialmente, como las ciudades no metropolitanos redefinin lógico que, en un primer momento, fueron controlados por las metrópolis. En este sentido, tratamos a la creciente demanda de áreas de esparcimiento, especialmente del litoral, como redefinidora de urbanización y el consiguiente establecimiento de una red urbana más compleja.

Palabras clave: Segunda residencia; Urbanización costera; Mossoro; Tibau; Prácticas marítimas modernas.

Histórico do artigo:
Recebido 25 Novembro, 2016
Aceito 23 Dezembro, 2016
Publicado 15 Fevereiro, 2017

INTRODUÇÃO

O presente texto busca refletir sobre as novas tendências e inclinações da urbanização brasileira. A ideia é ajudar a pensar o Brasil atual de acordo com as novas variáveis que surgem como vetores desse processo, a vilegiatura marítima é uma delas, pois no atual período histórico, o processo de urbanização é complexo, e se associa a causas diversas, como herança histórica, cultural e a sensibilidade aos reclamos da modernização econômica, política e territorial, isso significa que os resultados são diversos nos diferentes continentes e mesmo dentro de cada país que os compõem. É fundamental verificarmos, na atualidade, as recentes tendências da urbanização, levando-nos a refletir a respeito dos novos vetores que a dimensionam no Brasil.

É possível, por exemplo, identificar várias áreas nas quais a urbanização se deve diretamente à realização da vilegiatura marítima, ou seja, em diversas áreas do vasto litoral do país formam-se cidades cuja função principal claramente se associa às demandas das dinâmicas ligadas à vilegiatura. Efetivamente trata-se de uma realidade mais ampla e que vem sendo observada por diversos autores no mundo, embora os estudos ainda sejam relativamente escassos e demandem certamente uma enorme agenda de pesquisa.

A maritimidade¹ moderna que acompanha o cerne urbano traz em seu bojo a necessidade de compreender a ocupação da faixa de praia nas capitais e, posteriormente, no restante do litoral metropolitano (PEREIRA, 2014). No entanto, não somente esse litoral materializa tal realidade, pois ela também se estabelece em outras possibilidades e escalas, além da própria vilegiatura, que tem vigorado em outros espaços não necessariamente metropolitanos.

De maneira geral, vários processos têm disseminado e incrementado a urbanização. Alguns exemplos são as articulações e forças de diferentes grupos políticos, a expansão do setor terciário, a atração das grandes indústrias etc. Assim sendo, a urbanização que se coloca a partir da disseminação das práticas marítimas modernas tornou-se pouco abordada.

A urbanização paralela à linha de costa se constitui a partir da disseminação da valorização do litoral e tem se mostrado bastante evidenciada, enquanto processo intimamente ligado às funções de lazer associadas ao mar e ao marítimo e que é estudado e apresentado a partir de diversos olhares, possibilidades e terminologias. Tal como qualquer outro processo, a urbanização e a sua relação com a vilegiatura ou mesmo com o turismo residencial² somente pode ser compreendida no contexto de uma convergência de fatores, que se encontram no tempo e no espaço.

No que diz respeito à abordagem acadêmica acerca da questão da vilegiatura como forma de lazer e de sua materialização nas residências, as décadas de 1980 e 1990 são bem marcantes no Brasil, pois contemplam os trabalhos de Seabra (1979), Tulik (1995) e Roque (1990) que abordaram o tema, a partir dos estudos de caso de regiões de grande crescimento desse tipo de fenômeno, como o litoral espanhol, português e das montanhas francesas e suíças, além dos sítios turísticos dos continentes asiático, africano e americano. Os artigos trataram de questões socioespaciais sobre o turismo e as segundas residências nas localidades, podendo ser relevantes fontes para estudos que abordem o tema.

Países como a Espanha já estudam o fenômeno há alguns anos. No Brasil, trabalhos como os de Benhamou (1971), Coelho (1986), Tulik (1995), Assis (2003), Pereira (2010), entre outros, discutem tal questão com base em perspectivas diferentes. Para Assis (2003), a residência secundária seria uma forma espacial vinculada ao turismo de fins de semana ou temporada de férias, sendo determinada por um conjunto de fatores sociais, econômicos e espaciais que dão complexidade ao tema, como a disponibilidade de tempo livre, de renda excedente e a distância da residência permanente.

1 Para Claval (1996), a maritimidade corresponde a um fenômeno vivenciado pela sociedade cujas fronteiras não são muito precisas. Podemos compreender, de maneira simplificada, como o conjunto de relações que uma população estabelece com o mar a partir de dimensões como as preferências, as imagens e as representações coletivas

2 Para uma leitura sobre Turismo residencial mais aprofundada, sugerimos a leitura dos seguintes autores: Benhamou (1971); Delgado (2008); Hiernaux-Nicolas (2005); Hall e Müller (2004); Nieves, Terán e Martínez (2008).

No Brasil, tal fenômeno se dá como um fato socioespacial, característico da sociedade contemporânea, sobretudo a partir da década de 1950. Incrementando o processo de urbanização, a residência secundária surge como uma das práticas socioespaciais que transformam e redefinem a relação entre cidades no território, pois o processo urbano está configurado numa trajetória constante de busca de espaços com amenidades sociais e ambientais, com potencialidades para a prática da vilegiatura.

Há relevante tradição, no caso do Brasil, quanto aos estudos a partir, realmente, do caso Metropolitano. Autores como Dantas (2008, 2009, 2010) e Pereira (2006, 2009, 2012) vem há alguns anos ampliando a discussão sobre tal questão. Todavia, considerando, então, a importância atribuída à zona costeira e às dinâmicas que a remodelam na atualidade, buscamos demonstrar a existência da relação entre o processo de urbanização e a vilegiatura marítima, que se processa não apenas nos espaços metropolitanos. Inicialmente faremos uma breve reflexão sobre o incremento dos domicílios de uso ocasional, e, portanto, da vilegiatura marítima no Brasil e no mundo. Em seguida e por fim, realizaremos uma leitura sobre a relação entre a vilegiatura e o incremento da urbanização nos espaços não metropolitanos, trazendo à tona um caso empírico brasileiro.

APRECIÇÕES SOBRE O BRASIL E O MUNDO

O desfrute dos domicílios de uso ocasional³ é uma das principais modalidades de lazer que floresceu a partir da segunda metade do século XX em diversos países. Anteriormente, tendo como principal característica o interesse das pessoas em usufruir uma segunda residência relativamente próxima a sua residência principal para fins de lazer durante os fins de semana ou as férias prolongadas, essa modalidade, na atualidade, ultrapassou as fronteiras entre países ou mesmo continentes.

A partir da segunda metade do século XX, o grande interesse do capital privado e do setor público fortaleceu a produção e venda dos domicílios de uso ocasional, especialmente, em função tanto de seu retorno econômico, como da presença de um extenso mercado interessado no produto, sobretudo no que diz respeito aos aposentados europeus, e da expansão dos voos de baixo custo. Do mesmo modo, nota-se que a ampliação deste fenômeno foi acompanhada em diversos lugares por um processo de intensa transformação social e por vários impactos socioespaciais.

Em âmbito mundial, podemos começar destacando a Europa que, após a Segunda Guerra Mundial e durante mais de meio século, passou por um período de relativa prosperidade. Nesse contexto, foram estabelecidas diversas formas de turismo e ascensão da vilegiatura marítima. Importante ressaltar que já na viragem dos séculos XX e XXI os *baby boomers* adquirem casas para passar o tempo livre das férias, em antecipação ao da reforma, que é garantida pelo Estado-Providência, assim como também vale destacar o estilo de vida das novas gerações que se redefine a partir de uma lógica de abundância etc. (BRITO, 2010)

Ainda para Brito (2010), outros acontecimentos como a liberalização do transporte aéreo na União Europeia ultrapassam as restrições do *seat only* dos voos fretados, ampliam a quantidade de ligações aéreas de utilização livre e tornam mais baratas as viagens para as casas adquiridas enquanto segunda residência. O desenvolvimento das TICs (tecnologias de informação e de comunicação) em geral e em especial da Internet oportunizaram a diversificação das propostas de preços e de serviços. As viagens entre a Europa do Norte e a Bacia do Mediterrâneo, por exemplo, começam a passar por uma transformação na sua estrutura.

A partir da modernização dos meios de transportes, os progressos técnico-científicos das últimas décadas diminuíram distâncias por ganhos de tempo, estabelecendo possibilidades tangíveis para que as segundas residências estivessem cada vez mais distantes dos domicílios de uso permanente. Essa premissa é bastante relevante para a apreensão do processo de internacionalização

3 Essa definição é muito mais técnica e foi estabelecida a partir de critérios que permitiram contabilizar os imóveis que apresentam características comuns: a propriedade particular e o uso sazonal. (IBGE, 2003)

da demanda por imóveis de uso ocasional no Brasil nos últimos anos, muito embora, sobretudo os vilegiatistas nacionais, ainda considerem a distância uma variável significativa na escolha do imóvel a ser adquirido.⁴

No caso do continente europeu, lembramos, porém, que desde o final do século XVIII, já surgem as primeiras estações balneárias, todavia não de maneira pontual e linear, mas os lugares de vilegiatura apareceram nos mais diferentes contextos e com características bastantes diversas, desde a Costa Holandesa (Shevenigen), belga (Ostende), francesa (Boulogne, Dieppe, Biarritz), às portuguesas (Cascais e Estoril) e espanholas (San Sebastian). (PEREIRA, 2012).

Embora tais contextos estejam separados por décadas, vale a pena citar a Espanha que tem se destacado entre vários aspectos pela questão da apropriação de segundas residências por estrangeiros procedentes do centro e norte europeu que buscam o clima ameno e uma melhor qualidade de vida obtida em consequência da diferença entre a renda média de seu país de origem e a Espanha. (COLÁS, 2003).

Quando nos reportamos à América do Norte, logo remontamos à urbanização da costa da Florida. Se fizermos uma observação rápida em softwares simples como o Google Earth, podemos compará-la até às maiores e mais densas áreas turísticas do Mediterrâneo ou à tradicional Côte d'Azur (é notória a evolução das estradas paralelas à costa, desde a primeira "marginal" à moderna auto-estrada de muitas pistas). É possível observar, por exemplo, a evolução das práticas de lazer ao longo de mais de um século, em um país que há muito tempo não conhece conflitos armados no seu território ou outros tipos de crises.

A conhecida estrada 666 atinge o Pacífico em Santa Mônica, sendo modificada para Santa Mônica Boulevard. O contínuo urbano liga esta estância à antes distante Los Angeles, a Malibu e ao início do Sunset Boulevard. A prosperidade de toda a área de Los Angeles (e de San Diego) está na origem da transformação de Palm Springs. O que começa por ser uma zona de sanatórios desenvolve-se, a partir da década de 1960, para se tornar no que é, talvez, uma das mais qualificadas e ricas áreas turísticas e de lazer do Ocidente. (BRITO, 2010)

A exemplo do que acontece com outras atividades econômicas, o incremento da vilegiatura tem ocorrido de uma maneira sustentada, alternando ciclos de crescimento limitado com estagnação, podendo ser de decréscimo em caso de conflito armado ou crise histórica. A crise de 2008-2009, voltando ao caso da Europa, parece marcar a separação entre dois períodos da história da sua vilegiatura.

Quando buscamos refletir sobre a relação entre a Europa e o Brasil, é válido mencionar que em meados dos anos 2000, muitos europeus chegaram a ser responsáveis por um terço das compras de imóveis novos em alguns estados do nordeste brasileiro, como Ceará e Rio Grande do Norte.⁵ Porém, com o valor do real um pouco mais valorizado e os preços dos imóveis na Europa pressionados pela crise no continente, os brasileiros estão começando a fazer o caminho contrário. Um dos pontos decisivos para escolher o investimento foi e tem sido o passaporte europeu. Com alguns tipos de programas, é possível circular munido só de um cartão de identificação no chamado espaço

4 Para dados a este respeito, consultar a publicação do Governo Federal intitulada "Mercado de Turistas Estrangeiros de Segunda Residência no Brasil", que pode ser acessada no site: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/segunda_residencia/downloads_segunda_residencia/segunda_residencia__relatorio__setembro_de_2008.pdf

5 Para uma leitura mais aprofundada sobre a temática, consultar a obra "Turismo e Imobiliário nas metrópoles" (organizado pelos seguintes autores: Eustógio Wanderley Correia Dantas Angela Lúcia Ferreira e Maria do Livramento Miranda Clementino), sobretudo o artigo de Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva intitulado "Estratégias dos investimentos estrangeiros no Nordeste".

Schengen,⁶ que abrange 25 países europeus. Muitos desses esquemas exigem que ao menos parte do investimento realizado por estrangeiros seja feito em imóveis. Isso representa uma tentativa de reanimar mercados imobiliários fortemente atingidos pela crise. O processo, portanto, é muito mais complexo e dinâmico do que supomos.

No entanto, é significativo alertarmos que a complexidade do processo mencionado, também ocorre em outras escalas. Embora reconheçamos a importância do fenômeno da vilegiatura marítima e da segunda residência em ambientes metropolitanos, tal dinâmica se apresenta, ainda, como um processo que não se materializa somente nesse âmbito. Para discutirmos a relação entre a vilegiatura e a urbanização, várias questões precisam ser dimensionadas.

OS ESPAÇOS NÃO METROPOLITANOS E A VILEGIATURA MARÍTIMA

No mundo o processo de urbanização que possui como vetor principal a vilegiatura marítima deve contemplar a diversidade das dinâmicas relacionadas a ele. Buscar somente no dinamismo das metrópoles tal explicação já não é suficiente, sobretudo quando embora se afirmem estas metrópoles, amplia-se também a relevância de um grupo de cidades de médio porte, algumas das quais, inclusive, se tornaram centros regionais e importantes articuladoras do território.

É bastante complexo, portanto, o processo de urbanização. No atual período histórico, ele se relaciona a causas diversas, como ao legado histórico, ao cultural e também à sensibilidade aos reclamos da modernização econômica, política e territorial, mostrando variadas respostas nos diferentes continentes, mesmo dentro de cada país. Ao se observar um país como o Brasil, por exemplo, de dimensões continentais e com uma costa com mais de 8.500 km,⁷ que no dizer de Milton Santos (2011, p. 226) “é uma de suas características mais marcantes”, temos um fenômeno ainda mais múltiplo, pois ora dá-se a partir do litoral, ora dá-se a partir do seu interior, modificando-se posteriormente em consonância com diversos fatores, favorecendo tal abrangência e complexidade. Dessa maneira, verificam-se na atualidade novas tendências da urbanização, fazendo-nos refletir a respeito dos novos vetores que a dimensionam no Brasil.

Como importante vetor do processo de urbanização, a vilegiatura marítima merece destaque na atual análise, pois devido a fatores históricos associados à ocupação do território brasileiro e seguindo a tendência mundial da população em ocupar predominantemente áreas próximas ao litoral, o Brasil possui 26,6% da sua população em municípios da zona costeira, o equivalente a 50,7 milhões de habitantes. Quanto ao número de segundas residências nesses espaços, podemos ver, na figura 1, que parte significativa dessa população está ocupada em atividades ligadas direta ou indiretamente à produção de petróleo e gás natural, à pesca e aos serviços que atendem à dinâmica econômica gerada por esses municípios e outros próximos, assim como ao turismo ou à vilegiatura marítima (IBGE, 2011).

6 “O Espaço Schengen inclui 26 países europeus que decidiram remover todos os controles nas fronteiras internas, o que significa que os cidadãos podem deslocar-se livremente naquele espaço sem terem de mostrar os seus passaportes. Este Espaço tem o nome da cidade de Schengen, no Luxemburgo, onde foi assinado o acordo que criou o espaço europeu sem fronteiras. Os países do espaço Schengen têm rigorosos controles de fronteiras para os cidadãos que atravessam as fronteiras externas daquele espaço. Os 26 países do espaço Schengen incluem 22 dos 28 países da UE, bem como 4 países que não pertencem à EU. Seriam eles: Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Letónia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Noruega, Polónia, Portugal, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia” (extraído do site – Portal de Imigração da União Europeia em 04/08/2015 - http://ec.europa.eu/immigration/preciso-de-visto/preciso-de-visto-de-curta-duracao_pt).

7 “A zona costeira brasileira, que compreende uma faixa de 8.698 km de extensão e largura variável, contempla um conjunto de ecossistemas contíguos sobre uma área de aproximadamente 388 mil km². Abrange uma parte terrestre, com um conjunto de municípios selecionados segundo critérios específicos, e uma área marinha, que corresponde ao mar territorial brasileiro, com largura de 12 milhas náuticas a partir da linha de costa” (GERCO - Texto retirado integralmente do site do Ministério do Meio Ambiente, acessado em novembro de 2011 – [HTTP://WWW.mma.gov.br/port/SMA/gerco/gerco.html](http://WWW.mma.gov.br/port/SMA/gerco/gerco.html)).



Figura 1 - Segundas Residências no Território Brasileiro

É evidente o importante papel da navegação comercial na inserção dos circuitos de produção e de consumo brasileiro na economia-mundo, o qual, conseqüentemente, permitiu a desigual distribuição demográfica, privilegiando áreas litorâneas, além da centralidade econômica.

A incorporação das zonas de praia, no Brasil, ocorreu de maneira gradativa. Do ponto de vista dos valores simbólicos, a própria aproximação (e, posteriormente, incorporação) dessas zonas esteve associada ainda ao que representava o mar. A relação do homem com o mar é bastante remota. Entretanto, o modo de conceber as paisagens litorâneas nem sempre foi o mesmo. Consoante demonstra a numerosa documentação analisada por Corbin (1989), por exemplo, o mar já foi a razão de medo e pavor e, nas fases iniciais do desfrute do litoral, as idas a esses espaços tinham objetivos exclusivamente medicinais e se davam de modo segregado, tanto do ponto de vista de gêneros como de classes sociais.

No Brasil, a atração por estes espaços pode ser explicada com base em mudanças externas, isto é, vincula-se ao novo desejo que manifestam, a partir do final do século XVIII, as elites europeias (posteriormente as americanas) pelos espaços vazios que constituíam as praias. O mar é descoberto pelos brasileiros à medida que ocorrem transformações dos modos de vida ocidentais. Nessa ótica, o túnel⁸ construído em Copacabana, no Rio de Janeiro, no final do século XIX, pode representar o início de tal processo. A visita frequente às praias brasileiras no Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Natal ou Fortaleza torna-se um fenômeno de massa somente nos anos pós-guerra.

Um dos instrumentos que aceleraram a propagação, não somente de pessoas, mas de ideias, foi certamente o avião. Tais ideias eram rapidamente apropriadas pelas populações brasileiras. Idas e vindas de pessoas possibilitaram acesso à informação e à literatura diversa. A princípio, os costumes são semelhantes aos dos europeus, isto é, as praias são frequentadas para o tratamento de saúde. Porém os banhos de mar chegam com certo atraso da Europa, primeiro no Sul e Sudeste brasileiro e depois, de maneira mais acelerada, nas outras praias do Brasil (DANTAS, 2009).

Mencionados banhos, no Brasil, não gozavam das mesmas dimensões ocidentais. Para Dantas (2004) e Dantas e Pereira (2010), isso se dava provavelmente em virtude da pouca eficácia a eles conferida pela posição médica local, que relevava, principalmente, os aspectos positivos atribuídos ao clima associados à teoria lavoisiana do bem respirar. Consoante Dantas e Pereira (2010) destacam, com a descoberta das zonas de praia pelos vilegiaturistas, verifica-se a lenta mudança, desde o começo do século XX, de um quadro de urbanização pontual sem muita expressão.⁹ Então, a chegada dos vilegiaturistas confere nova racionalidade ao morar na praia que anteriormente era exclusividade associada ao comércio ou às populações tradicionais e pobres.

Como podemos depreender, a edificação de segundas residências no litoral constitui relevante vetor de expansão do urbano, tanto as formas espaciais quanto as novas condições sociais. As formas, associadas de maneira geral aos fixos, atendem às necessidades recreativas dos moradores metropolitanos ou não metropolitanos, pois o apelo ao mar, na atualidade, invade o imaginário das pessoas dos mais diferentes lugares, estejam esses próximos ou não ao litoral. Sendo assim, a sociedade urbana cria elos mais fortes com os municípios litorâneos.

Segundo Dantas, Pereira e Panizza (2008), no final dos anos 1980 até os dias atuais, a vilegiatura tem se intensificado quer pelo incremento da infraestrutura para ela implantada (alicerce para

8 O Túnel Alaor Prata, inaugurado como Túnel Real Grandeza, mais popularmente conhecido hoje como Túnel Velho, localiza-se na cidade do Rio de Janeiro entre os bairros de Botafogo e Copacabana. Tanto o túnel quanto a primeira linha de bonde foram inaugurados em 1892. A perfuração do Túnel Real Grandeza foi promovida pela Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico, dentro de uma estratégia do mercado imobiliário que, no início da República, pretendia investir na região litorânea de Copacabana, promovendo-a como um novo estilo de vida na cidade que pretendia se modernizar. O difícil acesso a esse trecho, isolado pelos morros, foi superado com a abertura ao tráfego, no mesmo ano da inauguração do túnel, da primeira linha de para este bairro (CARDOSO, 1986).

9 Para Dantas e Pereira (2010, p. 72), “se até aquele momento o morar na praia era atributo exclusivo das populações tradicionais e pobres, estabelecidas em vilarejos de pescadores, a chegada dos vilegiaturistas, animados pelo anseio em estabelecer-se na praia, impõe nova racionalidade”.

constituição da atividade turística), quer por ter tido um crescimento consequente ao aproveitamento da melhoria infraestrutural imposta pelas políticas de desenvolvimento do turismo no Brasil.

Referidas políticas merecem atenção na atualidade, haja vista o intenso crescimento da vilegiatura marítima e das políticas de desenvolvimento do turismo, no final do século XX e início do século XXI. No caso do Nordeste brasileiro, o turismo ganha notoriedade nas últimas décadas, fruto de intensa mudança na maneira de conceber a economia e a política na região, isto é, das novas formas de atuação do Estado na região que representaram grandes mudanças e tiveram significativa importância nos novos rumos da sua economia.

Essa dinâmica transforma as zonas de praia em mercadoria nobre, motivando a metamorfose radical da paisagem litorânea. Com o turismo litorâneo, junto à vilegiatura marítima, que o antecede, as antigas paisagens cedem espaços para as novas. Uma zona marcada pela presença dos portos e dos vilarejos de pescadores é afetada atualmente pela construção de novas formas (dos estabelecimentos turísticos somando-se às residências de vilegiatura marítima), acompanhando toda linha costeira e provocando a inserção de novos atores e a expulsão dos antigos habitantes, bem como, paradoxalmente, o fortalecimento dos movimentos de resistência (DANTAS, 2005; DANTAS; PEREIRA; PANIZZA, 2008).

Tendo em vista que o mar foi sendo descoberto pelos brasileiros à medida que ocorriam transformações dos modos de vida ocidentais, no final do século XIX, surgem o Rio de Janeiro e, em especial, Copacabana como marcos do processo na região Sudeste, o que acontece em face do gosto pela vilegiatura e da influência da nobreza como sustentáculo de refinados costumes, e também pela chegada da família real portuguesa e a instalação da Corte na cidade do Rio de Janeiro, em 1808, quando o Brasil, efetivamente, se abre à Europa. Todas essas influências manifestaram-se socioespacialmente de forma diferente pelo território brasileiro. Os litorais das regiões Sul¹⁰ e Sudeste foram alcançados, a princípio, nas décadas de 1950 e 1960. Quanto à região Sul, foi marcada fortemente pela imigração europeia. No Nordeste, em termos gerais, a década de 1970 apresenta-se como marco. De acordo com os trabalhos desenvolvidos por Moraes (1999), Dantas (2002, 2004a, 2004b, 2006), Assis (2003), Pereira (2006, 2012), Dantas, Pereira e Panizza (2008), Dantas (2010), das atividades realizadas na zona costeira, a vilegiatura marítima é a que melhor simboliza e representa a expansão do tecido urbano metropolitano no caso nordestino.

AMPLIANDO AS DISCUSSÕES: NOVAS ESCALAS DE ANÁLISE

Cabe, no entanto, ampliar o horizonte de tais discussões de modo que, considerando que as cidades médias, incluindo Mossoró, têm apresentado níveis consideráveis de crescimento econômico e populacional, rebatendo diretamente e de diversas maneiras em muitas cidades das suas

10 A chegada de imigrantes europeus ao Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, introduziu, através da classe médica, o conhecimento científico relacionado às práticas terapêuticas difundidas na Europa. A imigração de uma classe médica alemã especializada em saberes hidroterapêuticos transferiu ao Brasil meridional diversos conhecimentos que se disseminaram fortemente em algumas comunidades de imigração alemã. Foi a partir dos banhos terapêuticos que se deram as relações iniciais da sociedade com o mar. No Brasil, a região sul vivenciou fortemente esse processo. Schossler (2010) dissertando sobre os primórdios da vilegiatura no Rio Grande do Sul levanta tal questão e apresenta um breve relato sobre a implantação dos estabelecimentos de banhos e dos sanatórios nesta região. Seu estudo discutiu a mudança que se operou no imaginário social dos gaúchos em relação ao litoral. Este passou a ter uma representação positiva, com a emergência da sociedade urbano-industrial. Assim, para a autora, no decorrer do século XX, o litoral acabou sendo integrado ao imaginário dos gaúchos com novos significados. As praias do Rio Grande do Sul se assemelhavam muito às praias europeias do Atlântico Norte e do Mar Báltico, despertando, desde o século XVIII, o interesse de curistas para o tratamento de variadas doenças. No último quartel do século XIX, os banhos terapêuticos nas águas marinhas do Rio Grande do Sul já eram procurados por alguns curistas. Porém, não demorou para o curismo adquirir caráter hedonista. A passagem do curismo ao turismo, no Rio Grande do Sul, ocorreu como uma transição rápida, nas primeiras décadas do século XX. Os balneários marítimos tiveram importante papel no processo de urbanização do litoral norte do Rio Grande do Sul. Este a partir das primeiras décadas do século XX deu condições materiais para a concentração populacional na orla marítima durante os três meses de verão. Esse processo redefiniu gradualmente a paisagem litorânea desse espaço.

regiões de influência o incremento da vilegiatura em municípios como Tibau, por exemplo, é um visível reflexo do dinamismo econômico alcançado por essas cidades, em nosso caso, alcançado por Mossoró nos últimos anos.

As cidades em análise localizam-se no Nordeste brasileiro, no Estado do Rio Grande do Norte, na microrregião de Mossoró como proposto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mossoró conta, hoje, com quase 260 mil habitantes. Trata-se da segunda principal cidade do Estado do Rio Grande do Norte, localizada entre as capitais Fortaleza-CE e Natal-RN. Com larga região sob sua influência, está entre as novas áreas economicamente dinâmicas do Brasil. Dista cerca de 200 km da capital e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), possui uma área de influência com aproximadamente 650 mil habitantes, composta por cerca de quarenta municípios, localizados dentro do Estado do Rio Grande do Norte, embora estabeleça importantes relações com municípios de outros Estados (sobretudo Ceará e Paraíba).

Mossoró tem papel fundamental no desenvolvimento de Tibau e distinção da sua vilegiatura marítima. Em trabalho anterior estudamos o destaque de Mossoró na região produtiva que integra. (GOMES, 2007). Tal cidade apresenta características bem singulares no contexto de outras cidades médias brasileiras, demonstrando sua importância crescente e sua relevante atribuição regional. Por sua localização privilegiada, a cidade está na transição entre o litoral e o sertão, podendo ser alcançada pelas BRs 110, 304 e 405, além de rodovias intermunicipais.

Para entendermos Tibau é mister recorrermos a Mossoró e sua história. Por isso, em nossa escala de análise, consideramos sempre três possibilidades: primeiro, a região de Mossoró, segundo, a relação mais direta entre Mossoró e Tibau, e, por último a própria cidade de Tibau.

Ao discutirmos a expansão do número de segundas residências nessas cidades, começamos destacando que praticamente todos os municípios do Rio Grande do Norte pesquisados no Censo Demográfico do IBGE 1980 e 2010, como podemos ver na tabela 1 a seguir, apresentaram crescimento do número de residências secundárias, e a maior parte deles pertence à Região Metropolitana de Natal, exceto Tibau. Este, não somente para os municípios do Rio Grande do Norte, mas do Brasil como um todo, detém um percentual bastante significativo desse tipo de alojamento. Diferentemente da região metropolitana não é o capital internacional que tem investido na produção imobiliária deste município atualmente. Para entendermos o diferencial de Tibau na realidade norte-rio-grandense e mesmo nordestina, precisamos compreendê-la na relação que este estabelece com a relevante cidade média de Mossoró.

Antes de dimensionar a variável lazer para a reflexão sobre a relação de Mossoró e o litoral, é necessário destacarmos que, a princípio, tal vínculo se deu associado à produção salineira, importante produto até mesmo nos dias atuais para a economia mossoroense. No Rio Grande do Norte, a extração do sal foi uma das primeiras atividades econômicas.

Já em meados do século XX, incrementa-se uma nova variável para dinamizar as relações entre Mossoró e “seu” litoral, ou seja, a busca pelo lazer, pois a sociedade urbana mossoroense absorve as influências externas e manifesta, deste modo, novo interesse pelo mar. Propaga-se, assim, o fenômeno marítimo no espaço estabelecido, enquanto Tibau e as práticas marítimas modernas se colocam inicialmente como sinônimo de um modo elegante de vida para a população que habitava Mossoró.

A nosso ver, porém, a procura por Tibau, que na época ainda não se constituía como tal,¹¹ se deu inicialmente associada à questão da saúde, isto é, o espaço atende a uma demanda da classe abastada de Mossoró, sobretudo para fins terapêuticos, como ressalta o médico Francisco Pinheiro de Almeida Castro, que também se dirigia a esta cidade com seus familiares e amigos para desfrutarem daquele espaço já no começo do século XX.

11 Mossoró, até 1892 era um município litorâneo. Foi somente neste ano que o distrito de Areia Branca desmembrou-se de Mossoró e foi elevado à condição de município. No dia 11 de dezembro de 1953, Grossos desmembrou-se de Areia Branca, tornando-se município, e apenas em 21 de novembro de 1995 Tibau foi desmembrado de Grossos tornando-se também município do Rio Grande do Norte. (IDEMA, 2008).

Tabela 1 - Distribuição do número de domicílios de uso ocasional nos municípios litorâneos. Rio Grande do Norte, 1980 a 2010

Municípios	Nº Segundas	Nº Segundas	Nº Segundas	Nº Segundas	Variação	Variação	Variação
	Residências	Residências	Residências	Residências	1980-1991	1991-2000	2000-2010
	1980	1991	2000	2010	(%)	(%)	(%)
Areia Branca	41	234	294	1.135	470,7	25,6	286,1
Baía Formosa	35	216	229	306	517,1	6	33,6
Caçara do Norte ¹	0	0	128	129			0,8
Canguaretama	75	209	332	485	178,7	58,9	46,1
Carnaubais	7	59	258	223	742,9	337,3	-13,6
Ceará-Mirim	210	579	910	1858	175,7	57,2	104,2
Eduardo Gomes	550	0	0		-100		
Extremoz	413	1223	2471	4354	196,1	102	76,2
Galinhos	3	41	67	63	1266,7	63,4	-6
Grossos	404	1277	135	225	216,1	-89,4	66,7
Guamaré	0	19	213	341		1021,1	60,1
Macau		161	476	785		195,7	64,9
Maxaranguape	149	841	980	1423	464,4	16,5	45,2
Natal	522	1452	2780	5850	178,2	91,5	110,4
Nísia Floresta	401	2016	3442	5674	402,7	70,7	64,8
Parnamirim	887	887	1823	4018	0	105,5	120,4
Pedra Grande	14	88	219	226	528,6	148,9	3,2
Porto do Mangue ²	0	0	34	214			529,4
São Bento do Norte	31	26	34	102	-16,1	30,8	200
Rio do Fogo ³	0	0	476	954			100,4
São Miguel de Touros ⁴	0	0	131	229			74,8
Sen. Georgino Avelino	12	7	35	31	-41,7	400	-11,4
Tibau ⁵	0	0	1394	2025			45,3
Tibau do Sul	44	168	243	923	281,8	44,6	279,8
Touros	63	480	725	1194	661,9	51	64,7
Vila Flor	1	12	15	24	1100	25	60
Total	3682	9128	16830	31266	147,9	84,4	85,8

Fonte: IBGE - Censos 1991, 2000; Sinopse Preliminar do Censo 2010.

1. Município emancipado em 1997, oriundo do município de São Bento do Norte;
2. Município emancipado em 1997, oriundo do município de Carnaubais;
3. Município emancipado em 1997, oriundo do município de Maxaranguape;
4. Município emancipado em 1997, oriundo do município de Touros;
5. Município emancipado em 1995, oriundo do município de Grossos.

Ademais, além de fins terapêuticos, a ida para Tibau também se justificava pela busca pelo lazer. Na obra de Felipe e Rosado (2002), assim como em muitas matérias veiculadas nos jornais de Mossoró (sobretudo O Mossoroense) evidencia-se o interesse e, portanto, o deslocamento frequente de pessoas para este litoral em busca das suas belezas naturais e do seu clima ameno, favorecendo, pois, o estabelecimento de uma ambiência que se organizava pelo cotidiano dos vilegiaturistas dessa praia.

Desse modo, creditamos a Mossoró a atual conformação tibauense. São justamente o contexto regional e a relevância socioeconômica mossoroense que têm favorecido a atual organização socioespacial de Tibau. Mossoró, como cidade média, assume relevante papel em sua rede urbana, centralizando várias funções. Fruto da nova dinâmica urbana e econômica brasileira possui um grau de relevância considerável na rede de cidades a qual pertence. Tão grande é sua dinamicidade que nos últimos anos impõe novos usos ao espaço litorâneo de algumas cidades sob sua influência, sendo a mais importante delas Tibau. Conforme defendemos, é possível identificar no Brasil vários municípios cuja urbanização se deve diretamente à expansão do turismo litorâneo e da vilegiatura marítima e cuja função principal claramente se associa às demandas desses elementos, assim é possível notar que Tibau se enquadra exatamente nessa lógica.

Em Tibau, encontramos uma morfologia espacial intrínseca ao fenômeno social da maritimidade moderna, ou seja, aglomerados de segundas residências, parcelamentos urbanos próximos ao mar, neles a vilegiatura marítima concretiza territórios destinados, sobretudo, à população mossoroense (Figuras 2, 3, 4 e 5). É a intensa relação entre Tibau e Mossoró, segunda cidade mais importante do Estado, que conforma os territórios da vilegiatura marítima.



Figura 2 - Condomínio horizontal em Tibau-RN
Autora: Iara Rafaela Gomes

A vilegiatura marítima em Tibau foi a primeira prática marítima moderna a conduzir o espalhamento do urbano e dos seus desdobramentos, relacionados tanto às formas espaciais quanto às recentes condições sociais constituídas nesses espaços.

As residências secundárias materializam tal processo e é pelo uso dessas que os vilegiaturistas ampliam seus espaços de vida, pois mesmo que essa atividade envolva as possibilidades de realização de muitas práticas de lazer, a prática da vilegiatura envolve certamente o sentido do habitar e todos os seus enlaces. Por tal motivo, entre outros já apresentados, é que consideramos bastante pertinente discutir as relações entre a disseminação da prática marítima moderna da vilegiatura marítima e suas relações com o processo de urbanização. Também destacamos nosso interesse em estudar os processos que ocorrem para além da escala metropolitana.



Figura 3 - Condomínio vertical em Tibau-RN
Autora: Iara Rafaela Gomes

Compreendemos a valorização dos espaços litorâneos e, principalmente, a prática marítima moderna da vilegiatura como processos sociais, historicamente constituídos, sobrelevando o mar e o marítimo como elementos inseridos no cotidiano da sociedade urbana. Nessa ótica, as praias adquirem nova simbologia e passam de lugar “do medo e do sujo” a lugar do lazer, conferindo-lhes a capacidade de provocar nas pessoas, particularmente naquelas residentes nos espaços urbanos, a vontade de consumir o espaço litorâneo.

A dinâmica vivenciada por Tibau nos últimos anos denota muito bem a sociedade do lazer que se apropria da praia de Tibau, estabelecendo forte laço territorial com o lugar, concebendo os fatores indispensáveis de conforto e comodidade impostos pela sociedade urbana. Desse modo, são suas práticas socioespaciais que implicam diretamente a organização espacial de Tibau, isto é, o processo de urbanização da cidade.



Figura 4 - Aglomerado homogêneo em Tibau-RN
Fonte: <http://www.tibau.blogspot.com.br/p/tibau.html> (acessado em 12 de junho de 2012).
Autor: Raul Pereira.



Figura 5 - Aglomerado heterogêneo em Tibau-RN
Fonte: <http://www.tibau.blogspot.com.br/p/tibau.html> (acessado em 12 de junho de 2012).
Autor: Raul Pereira.

Na organização do espaço litorâneo de Tibau, temporalidades opõem-se, recriando formas e atribuindo-lhes nova essência. Tal colocação é relevante para compreendermos as mudanças nesse espaço litorâneo, pois os agentes sociais envolvidos nesse processo, ao passar de algumas décadas, têm se redefinido.

De todo modo, apesar da sua redefinição, é a influência de Mossoró na materialização da vilegiatura marítima em Tibau que tem mostrado a forma como o espaço litorâneo é alcançado pelo seu tecido urbano, evidenciando, dessa maneira, a relação dialética entre a valorização litorânea, a vilegiatura marítima e a urbanização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi demonstrar como no presente período histórico o complexo processo de urbanização tem ocorrido a partir de diferentes vetores e que dentro de um país como o Brasil, de dimensões continentais e com imensa costa, há um fenômeno ainda mais abrangente, em virtude das novas inclinações da urbanização, fazendo-nos refletir a respeito dos novos vetores que a dimensionam neste país.

Na nossa ótica, uma das vias de reconhecimento da sociedade e do território brasileiro atual é o estudo da vilegiatura marítima que se processa nas últimas décadas como uma forma de abordagem sobre as novas tendências da urbanização no Brasil.

Tomamos como objeto a cidade de Tibau, no Rio Grande do Norte, e sua marcante relação com Mossoró. Para tanto, é ainda relevante que saibamos que a história desta cidade e sua relação com o litoral, a princípio se dá totalmente associada à produção salineira, importante produto até mesmo nos dias atuais para a economia mossoroense.

No Rio Grande do Norte, a extração do sal foi uma das primeiras atividades econômicas. De acordo com Souto e Fernandes (2005), a exploração artesanal e extensiva do conjunto das salinas de Mossoró, do litoral dos municípios de Areia Branca, de Açú e de Macau, data de 1802, no entanto a descoberta de jazidas naturais na região vem desde o começo da colonização. Para Felipe Lacerda (1988), a economia de Mossoró sempre esteve associada à produção salineira, pois, mesmo no século retrasado, já se percebia a relação entre as oficinas de carnes-secas e o sal depositado de forma natural pelas marés nos baixios e depressões da várzea terminal do rio Mossoró.

No entanto, a relação que se estabelece entre Mossoró e os espaços litorâneos de Tibau, hodiernamente, ocorre com base em uma nova variável, ou seja, pelo lazer, por seu decisivo papel neste espaço litorâneo mesmo antes das políticas regionais de planejamento turístico. Compreendemos tal variável por meio da relação entre a vilegiatura marítima e a residência secundária. Desse modo, essas juntamente com o incremento do turismo litorâneo, contribuíram para a dispersão das estruturas urbanas pelo espaço litorâneo do Nordeste e, em especial, do Rio Grande do Norte e de algumas das suas cidades litorâneas ao longo do século XX.

Para a análise de uma das cidades mais representativas desta lógica, no Rio Grande do Norte, Tibau, algumas variáveis merecem destaque para indicar a expansão do processo de urbanização e a influência da vilegiatura marítima nas transformações mais recentes, que concorrem para reforçar o destaque no referido processo. É interessante destacar que a escolha por um detalhamento em nível local possibilita visualizações complementares do fenômeno, pois podemos reconhecer tanto particularidades como perfis semelhantes aos encontrados, segundo bibliografia, em outras cidades brasileiras e nordestinas. O estudo de Tibau, isto é, essa pesquisa local, permite a análise a partir de novas fontes de pesquisa, tais como os trabalhos de campo, cooperando no incremento de possibilidades metodológicas para a análise da vilegiatura marítima nos trópicos.

As variáveis em análise neste trabalho de pesquisa colaboraram para compreendermos o processo de urbanização em Tibau a partir da vilegiatura marítima. Batista (2012, p. 185) publicou

estudo evidenciando este processo, e nele aponta a existência de um território, nesta cidade, com diversas territorialidades, que “subverte a vida comunitária”. Esta autora denuncia a difícil governabilidade por parte da gestão municipal e a falta de um projeto político “explícito”, provocando ações desordenadas.

Na nossa investigação, optamos por estudos que possibilitam mostrar a força das cidades médias e pequenas na atualidade, em face do dinamismo vivido pelo processo de urbanização no Brasil nos últimos anos, incluindo muitos vetores que o impulsionam e novas tendências que o referido processo vem apontando. Portanto, o estudo das cidades médias e pequenas merece uma reflexão particular sem, contudo, perder de vista a noção de totalidade do fenômeno urbano.

Nessa linha de abordagem, uma questão revela-se fundamental pelo fato de incluirmos nos estudos sobre urbanização a vilegiatura marítima como importante vetor de intensificação do referido processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEDO, A. **Turismo y desarrollo: una reflexión sobre las teorías del post-desarrollo**. Antonio Miguel Nogués (ed.) Cultura y turismo. Sevilla, Signatura Demos, 2004.
- ALEDO, A. **Los otros inmigrantes: residentes europeos en el sudeste español**, en J. Fernández Rufete y Modesto García (eds.) Movimientos migratorios europeos. Murcia, UCAM, 2005.
- ALEDO, A y MAZON, T. **El Bajo Segura: Análisis Turístico**. Alicante, Diputación de Alicante, 1997.
- ARROCHA, A. La hacienda local en los destinos turísticos: el caso de Torreveja, in: T. Mazón y A. Aledo, **Turismo residencial y cambio social**. Alicante, CAM-UA, 2005.
- ASSIS, L. F. de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de sua análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 11-13, p. 107-122, set./out. 2003.
- BATISTA, J. L. D. V. Vilegiatura marítima e urbanização em Tibau. In: FONSECA, M. A. P. da (Org.). **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal: EDUFRN, 2012.
- BATISTA, J. L. D. V.; OLIVEIRA, E. J. de. Vilegiatura marítima e urbanização em Tibau. In: **IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**. Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2012.
- BRITO, S. P. **Imobiliária do Lazer e Turismo Residencial**. SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, 2010.
- COLÁS, J. L. **La residencia secundaria en España**. Tesis doctoral. Departament de Geografia. Facultat de Filosofia i Lletres. Universitat Autònoma de Barcelona. 440 f. Barcelona, 2003.
- CORBIN, Alain. **O território do vazio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- COUTO, E. M. J. **Redefinições espaciais do comércio em Mossoró (RN)**. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza, 2011.
- DANTAS, E. W. C. **Mar à vista**. 2. ed. Fortaleza: UFC, 2011.
- DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010a.
- DANTAS, E. W. C. **Mutações no Nordeste brasileiro**. **Confins**, Paris, v. 10, p. 1-20, 2010b.
- DANTAS, E. W. C. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro. **GEOUSP**, v. 22, p. 9-30, 2007.
- DANTAS, E. W. C. Rede urbana colonial cearense. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 120, p. 145-170, 2006a.
- DANTAS, E. W. C. Cidades litorâneas marítimas tropicais. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C.(Org.). **Panorama da geografia brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006b. v. 1, p. 79-89.
- DANTAS, E. W. C. O mar e o marítimo nos trópicos. **GEOUSP**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 63-76, 2004a.
- DANTAS, E. W. C. Maritimidade nos trópicos. **Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História**, Fortaleza, v. 1, p. 23-29, 2004b.
- DANTAS, E. W. C. Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v.1, p. 53-60, 2002.

- DANTAS, E. W. C. Da capital do sertão à cidade do sol: Fortaleza e o processo de litoralização do Ceará. **Caderno de Geografia**: notas sobre o urbano cearense, Fortaleza, v. 4, 1998.
- DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; LIVRAMENTO, M. C. (Org.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, A. Q. Reflexões sobre a vilegiatura marítima nos trópicos. In: DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L.; CLEMENTINO, M. L. M. (Org.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. v. 1, p. 71-84.
- DANTAS, E. W. C. et al. Turismo Litorâneo e Vilegiatura Marítima na Região Metropolitana de Fortaleza. In: **12 ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**, 2009, Montevideo. Caminando en una América Latina en transformación, 2009. v. 1. p. 1-15.
- DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, A. Q.; PANIZA, A. Urbanização litorânea e vilegiatura marítima nas metrópoles nordestinas brasileiras. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 5, p. 14-34, 2008.
- DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T. C. (Org.). **Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007.
- DANTAS, G. A. F. **A formação das representações sobre a cidade colonial no Brasil**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.
- DELGADO, C. Vivienda secundaria y turismo residencial como agentes de urbanización y segregación territorial en Cantabria. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de julio de 2008, vol. XII, núm. 261. Disponível em: . [ISSN: 1138-9788].
- FELIPE, J. L. A. **Mossoró: um espaço em questão**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1980.
- FELIPE, J. L. A. **Organização do espaço urbano de Mossoró**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982.
- FELIPE, J. L. A. **Elementos de geografia do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 1988.
- FELIPE, J. L. A. **Rio Grande do Norte: uma leitura geográfica**. Natal, RN: EDUFRN, 2010.
- GOMES, I. R. **Vilegiatura além da metrópole: urbanização em Tibau (RN)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2013.
- IBGE. **Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil**. Rio de Janeiro, 2011.
- IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.
- IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.
- PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2012.
- PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia**. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014. 202p .
- PEREIRA, A. Q. **Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará**. 2006. 157 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- PEREIRA, A. Q. Estruturação urbana litorânea da Região Metropolitana de Fortaleza. **Mercator**, v. 8, p. 49-57, 2009.
- PEREIRA, A. Q. Praia do Presídio: santuário da vilegiatura. **Ateliê geográfico (UFG)**, v. 3, p.92-110, 2009b.
- PEREIRA, A. Q. Das cidades às metrópoles litorâneas. **GEOUSP**, v. 31, p. 5-15, 2012.
- HALL, C. M.; MÜLLER, D. R. Introduction: second homes, curse or blessing? Revisited. In: _____. (Orgs.). **Tourism, mobility and second homes**. Clevedon (UK): Channed View Publications, 2004. p. 3-14.
- HIERNAUX-NICOLAS, D. La promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano. **Scripta Nova**, Universidad de Barcelona, v. IX, n. 194 05, 1 agosto 2005.
- PEREIRA, A. Q.; DANTAS, E. W. C. Veraneio marítimo na metrópole: o caso de Aquiraz, Ceará-Brasil. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 1-12, 2008.
- MORAES, A. C. R. Classificação das praias brasileiras por níveis de ocupação. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento. **Projeto Orla**. Brasília, 2004. p. 33-44.
- MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- NIEVES, R. H.; TERÁN, A. M.; MARTÍNEZ, T. M. ¿De qué hablamos cuando hablamos de turismo resi-

dencial? **Cuadernos de Turismo**, n. 22, 2008, p. 101-121.

ROQUE, M. L. **Contribuição para o estudo da origem e do desenvolvimento da função balneária da ilha de Santo Amaro antes do “boom” imobiliário**. 1990. Tese - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SANTOS, M. **Urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993. 173 p.

SCHOSSLER, J. C.. **“As nossas praias”**: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul. (1900 – 1950). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2010.

SEABRA, O. C. L. **A muralha que cerca o mar**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

SILVEIRA, B. R.. **O morar permanente na praia**. 2011. Dissertação. (Mestrado em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2011.

SOARES JUNIOR, A. T. P. **A espacialidade do vilegiaturista marítimo em Fortaleza-CE**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SOUTO, E. F.; FERNANDES, C. H. C. **A importância da indústria salineira do Rio Grande do Norte para a economia brasileira**. Mossoró: Coleção Mossoroense, 2005.

SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D. **Cidades médias brasileiras**. Projeto de pesquisa. Fortaleza, 2006.

TULIK, O. **Residências secundárias**. 1995. 154 f. Tese (Livre Docência) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

TULIK, O. **Turismo e meios de hospedagem**. São Paulo: Roca, 2001.